



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



## LICITAÇÃO: TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23104.018003/2021-70

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

TERMO DE REFERÊNCIA (PARA AS ALTERAÇÕES, DEVE SER APRESENTADA JUSTIFICATIVA, NOS TERMOS DO ART. 29, §1º DA IN 05/2017).

## 1. DO OBJETO(SERVIÇOS CONTINUADOS SEM MÃO DE OBRA )

1.1. Contratação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação ares condicionados e manutenção corretiva em equipamentos de refrigeração da UFMS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Lote	Item	Descrição	Código	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário da hora técnica	Valor de Referência (Incluso BDI de 28,35%)	Valor Total
1	1	Serviço de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de aparelho de ar condicionado, e manutenção corretiva em outros equipamentos de refrigeração localizados nas edificações da Cidade Universitária da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campo Grande e Fazenda escola - Terenos. A unidade de medida equivale a hora técnica.	2771	Hora Técnica	26.116	R\$ 36,86	R\$ 47,31	R\$ 1.235.547,96
	2	Material de reposição por demanda para uso em conjunto com os serviços do item 1. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	134570	Unidade	12	R\$ 13.097,29	0,00	R\$ 157.167,48
2	3	Serviço de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de aparelho de ar condicionado, e manutenção corretiva em outros equipamentos de refrigeração localizados nas edificações da Base de Estudos de Bonito. A unidade de medida equivale a hora técnica.	2771	Hora Técnica	346	R\$ 36,86	R\$ 47,31	R\$ 16.369,26
	4	Material de reposição por demanda para uso em conjunto com os serviços do item 3. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	134570	Unidade	12	R\$ 165,39	0,00	R\$ 1.984,68
	5	Serviço de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de aparelho de ar condicionado, e manutenção corretiva em outros equipamentos de refrigeração localizados nas edificações do Campus de Aquidauana. A unidade de medida equivale a hora técnica.	2771	Hora Técnica	1222	R\$ 36,86	R\$ 47,31	R\$ 57.812,82
	6	Material de reposição por demanda para uso em conjunto com os serviços do item 5. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	134570	Unidade	12	R\$ 630,82	0,00	R\$ 7.569,84
3	7	Serviço de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de aparelho de ar condicionado, e manutenção corretiva em outros equipamentos de refrigeração localizados nas edificações do Campus de Chapadão do Sul. A unidade de medida equivale a hora técnica.	2771	Hora Técnica	659	R\$ 36,86	R\$ 47,31	R\$ 31.177,29
	8	Material de reposição por demanda para uso em conjunto com os serviços do item 7. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	134570	Unidade	12	R\$ 334,64	0,00	R\$ 4.015,68
	9	Serviço de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de aparelho de ar condicionado, e manutenção corretiva em outros equipamentos de refrigeração localizados nas edificações do Campus de Coxim. A unidade de medida equivale a hora técnica.	2771	Hora Técnica	822	R\$ 36,86	R\$ 47,31	R\$ 38.888,82
	10	Material de reposição por demanda para uso em conjunto com os serviços do item 9. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	134570	Unidade	12	R\$ 411,57	0,00	R\$ 4.938,84
4	11	Serviço de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de aparelho de ar condicionado, e manutenção corretiva em outros equipamentos de refrigeração localizados nas edificações da Base de Estudos do Pantanal - Corumbá. A unidade de medida equivale a hora técnica.	2771	Hora Técnica	313	R\$ 36,86	R\$ 47,31	R\$ 14.808,03
	12	Material de reposição por demanda para uso em conjunto com os serviços do item 11. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	134570	Unidade	12	R\$ 184,63	0,00	R\$ 2.215,56
	13	Serviço de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de aparelho de ar condicionado, e manutenção corretiva em outros equipamentos de refrigeração localizados nas edificações do Campus do Pantanal - Corumbá. A unidade de medida equivale a hora técnica.	2771	Hora Técnica	2945	R\$ 36,86	R\$ 47,31	R\$ 139.327,95
	14	Material de reposição por demanda para uso em conjunto com os serviços do item 13. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	134570	Unidade	12	R\$ 1.473,20	0,00	R\$ 17.678,40
5	15	Serviço de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de aparelho de ar condicionado, e manutenção corretiva em outros equipamentos de refrigeração localizados nas edificações do Campus de Naviraí. A unidade de medida equivale a hora técnica.	2771	Hora Técnica	394	R\$ 36,86	R\$ 47,31	R\$ 18.640,14
	16	Material de reposição por demanda para uso em conjunto com os serviços do item 15. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	134570	Unidade	12	R\$ 207,71	0,00	R\$ 2.492,52
	17	Serviço de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de aparelho de ar condicionado, e manutenção corretiva em outros equipamentos de refrigeração localizados nas edificações do Campus de Nova Andradina. A unidade de medida equivale a hora técnica.	2771	Hora Técnica	327	R\$ 36,86	R\$ 47,31	R\$ 15.470,37

Lote	Item	Descrição	Código	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário da hora técnica	Valor de Referência (Incluso BDI de 28,35%)	Valor Total
	18	Material de reposição por demanda para uso em conjunto com os serviços do item 17. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	134570	Unidade	12	R\$ 169,24	0,00	R\$ 2.030,88
	19	Serviço de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de aparelho de ar condicionado, e manutenção corretiva em outros equipamentos de refrigeração localizados nas edificações do Campus de Ponta Porã. A unidade de medida equivale a hora técnica.	2771	Hora Técnica	770	R\$ 36,86	R\$ 47,31	R\$ 36.428,70
	20	Material de reposição por demanda para uso em conjunto com os serviços do item 19. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	134570	Unidade	12	R\$ 361,57	0,00	R\$ 4.338,84
6	21	Serviço de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de aparelho de ar condicionado, e manutenção corretiva em outros equipamentos de refrigeração localizados nas edificações do Campus de Paranaíba. A unidade de medida equivale a hora técnica.	2771	Hora Técnica	793	R\$ 36,86	R\$ 47,31	R\$ 37.516,83
	22	Material de reposição por demanda para uso em conjunto com os serviços do item 21. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	134570	Unidade	12	R\$ 380,80	0,00	R\$ 4.569,60
	23	Serviço de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de aparelho de ar condicionado, e manutenção corretiva em outros equipamentos de refrigeração localizados nas edificações do Campus de Três Lagoas. A unidade de medida equivale a hora técnica.	2771	Hora Técnica	3457	R\$ 36,86	R\$ 47,31	R\$ 163.550,67
	24	Material de reposição por demanda para uso em conjunto com os serviços do item 23. Observação: item não é objeto de lance, devendo a participante replicar o valor unitário e o quantitativo na proposta.	134570	Unidade	12	R\$ 1.692,45	0,00	R\$ 20.309,40

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de caráter continuado.

1.3. **Os itens de material nº 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22 e 24 da tabela acima não são abertos a lance no pregão.**

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.5. A presente contratação adota como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.6. O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado, com base no artigo do art. 57, §1, da Lei n. 8666/93.

1.7. A presente contratação será realizada por lotes e a justificativa pela escolha encontra-se pormenorizada em **Tópico específico dos Estudos Preliminares** (DOC SEI NR [2768878](#)).

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em **Tópico específico dos Estudos Preliminares** (DOC SEI NR [2768878](#)), apêndice desse Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. *A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência* (DOC SEI NR [2768878](#)): prestação do serviço de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação ares condicionados e manutenção corretiva em equipamentos de refrigeração para UFMS.

## 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002. , c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019. Vide item 2.7 do ANEXO V da IN nº 05/2017.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Os serviços de manutenção corretiva serão realizados por demanda, tendo em vista que nem todas as possibilidades de manutenção podem ser previstas e nem o quantitativo pode ser dado com exatidão.

5.1.2. Por contemplar rotinas de manutenção preventiva com periodicidade prevista no PMOC e ainda serviços de manutenção corretiva por demanda, a presente contratação pode ser caracterizado como serviço continuado, obedecendo também a anualidade orçamentária. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

5.1.3. Considerando a divulgação mensal dos procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle em relatórios, não será necessária a adoção de medidas para transferências de conhecimento, tecnologias ou técnicas empregadas.

5.1.4. A contratada deverá adotar para execução dos serviços, as práticas ambientalmente sustentáveis, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos termos do guia nacional de contratações sustentáveis publicado pela Advocacia Geral da União (AGU) 3ª edição publicado em abril/2020; Lei Federal 12.305/2010, Decreto 7.746/2012, Lei 12.187/09 e demais legislações vigentes (ou que venham a existir) nas esferas municipal, estadual e federal.

5.1.4.1. Quando aplicável, os fornecedores deverão atender aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, regulados pela IN/SRLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Artigo 6º:

- Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

- d) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- e) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- f) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- g) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5.1.4.2. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

5.1.5. Quando do fornecimento de peças, a CONTRATADA deverá adotar o disposto no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 que trata dos critérios de sustentabilidade ambiental para aquisição de bens, a qual preconiza: que os bens sejam construídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.1.6. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

5.1.6.1. É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

5.1.7. Os serviços prestados pela contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

5.1.8. Os materiais empregados pela contratada deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto.

5.1.9. A qualquer tempo a contratante poderá solicitar à contratada a apresentação dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

5.1.10. A contratada deverá instruir os seus empregados, no prazo de três meses a contar da assinatura do contrato, quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições e comprovar essa instrução junto à gestão do contrato.

5.1.11. A contratada deverá retirar, sob orientação da Fiscalização, todos os materiais e dispositivos substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento, recolhimento a depósito indicado pela contratante ou para descarte a ser efetuado pela contratada.

5.1.12. Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, entulhos, cabos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte pela contratada, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.

5.1.13. *A justificativa quanto às soluções de mercado encontra-se em **Tópico específico dos Estudos Preliminares** (DOC SEI NR [2768878](#))*

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.3. As licitantes deverão apresentar a Declaração de Vistoria, conforme modelo a ser disponibilizado no Termo de Referência da contratação, de que a empresa tomou conhecimento dos locais e instalações da prestação dos serviços, tendo então pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a execução dos mesmos, bem como de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços.

5.3.1. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, as Licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

5.4. **As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.**

## 6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial. Ademais, constam no item 5 deste Termo de Referência.

## 7. VISTORIA PARA LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante pode realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (67) 99809-4332, (67) 3345-7911 ou (67) 3345-7143 (falar com Júlio Cesar Soares).

7.2. O prazo para vistoria inicia-se no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deve estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3. A não realização da vistoria, não pode embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.4. A licitante deve declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Objeto desta contratação envolve a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, instalação e desinstalação de ares condicionados, e serviços de manutenções corretivas nos refrigeradores, bebedouros e câmaras frias da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, assim compreendidas:

8.1.1. Manutenção preventiva é o conjunto de ações realizadas de forma programada que visam prevenir a ocorrência de problemas futuros e detectar problemas existentes, mas ainda não percebidos, devendo, nesse caso, ser executada imediatamente a manutenção corretiva. Além disso, tem por objetivo conservar os componentes e equipamentos dentro dos padrões de operacionalidade e segurança e em perfeito estado de funcionamento, a fim de permitir a

operação dos equipamentos da maneira mais próxima possível das condições de projeto, com melhor eficiência e menor consumo de energia.

8.1.2. Manutenção corretiva compreende ações que visam o atendimento das necessidades de reparos identificadas quando da manutenção preventiva e/ou excepcionalmente formuladas pela UFMS, sendo subdivididas em emergenciais e eletivas.

8.1.2.1. São eletivas as manutenções corretivas que possam ter o atendimento efetuado em prazo diferido, não resultando em riscos imediatos/emergenciais.

8.1.2.2. São emergenciais os procedimentos corretivos que devam ser imediatamente efetuados, sob pena de riscos urgentes/imediatos para pessoas e coisas.

8.2. Os quantitativos e as características dos equipamentos constam em **Relatório Técnico específico** (DOC SEI NR [2754702](#)).

8.2.1. A omissão na descrição de quaisquer partes ou equipamentos existentes, ou a substituição/alteração de suas características no decorrer do contrato, não exige a contratada da prestação dos serviços objeto deste Estudo com relação às partes omitidas/substituídas/alteradas, desde que estes equipamentos estejam em uso na UFMS.

8.2.2. Os serviços objeto deste Estudo Técnico Preliminar estender-se-ão a novas partes e equipamentos que venham a ser instalados nos sistemas mantidos, pela contratada ou por terceiros, sem quaisquer custos adicionais para a UFMS

8.3. Descrição dos serviços de manutenção preventiva e corretiva:

8.3.1. Os serviços de manutenção preventiva, que buscam prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações de ar condicionado, mantendo-as em perfeito estado de uso, de acordo com projetos, manuais, normas técnicas dos fabricantes e da área de saúde, consistem na execução, pela contratada, de procedimentos rotineiros estabelecidos no Plano de Manutenção (PMOC) proposto pela contratada e aprovado pela contratante.

8.3.2. Os serviços de manutenção preventiva serão realizados exclusivamente nos aparelhos de ar condicionado.

8.3.3. Para cada serviço preventivo fica estabelecido que a contratada tem obrigação de executar, quando necessário, o correspondente serviço de manutenção corretiva (substituição de partes e peças, recomposição, reparo, conserto, etc.).

8.3.4. A Manutenção Corretiva visa colocar em funcionamento o equipamento paralisado ou em funcionamento irregular, em condições normais de operação, quando da ocorrência de eventuais falhas nos aparelhos de refrigeração. Os serviços abrangerão as intervenções de técnicos para recuperação do sistema, efetuados, se necessário, com a substituição de partes, peças ou componentes avariados, ajustando, limpando e testando o funcionamento dos equipamentos.

8.3.5. Nas instalações de equipamentos de ar condicionado a contratada executará os serviços referentes à alimentação elétrica dos equipamentos, incluindo a proteção do quadro de distribuição, tomadas elétricas, eletrodutos e condutores, conforme a NBR 5410, e padronização estética que será definida pela instituição. A escolha do quadro de distribuição para alimentar o aparelho será definida pela instituição.

8.3.6. Nas instalações de novos equipamentos de ar condicionado e quando da necessidade de manutenções corretivas relacionadas à drenagem de líquido condensado em equipamento de ar condicionado tipo Janela ou Split, a contratada deve providenciar, as tubulações de drenagem para qualquer distância, assim como devem dispensar o líquido em rede de esgoto, ou tubulação de descarga pluvial local, ou, como última alternativa, em solo absorvente, ficando a cargo da contratada a construção de pequenos sumidouros, quando necessário.

8.3.7. A contratada fica obrigada a oferecer garantia mínima de noventa dias corridos do recebimento dos serviços realizados durante a instalação dos equipamentos, a fim de assegurar a boa execução da instalação e compensar possíveis avarias causadas ao aparelho durante a instalação. Caso a contratada encontre algum defeito no aparelho de ar condicionado antes ou durante a instalação, essa deverá informar à fiscalização os defeitos encontrados no equipamento antes que a instalação seja concluída.

8.3.8. Nas manutenções corretivas e instalações a contratada deve seguir uma padronização de acabamento dos dutos aparentes de refrigeração e eletricidade, internos e externos, de forma que se evite sinuosidades nos mesmos e que se predominem ângulos retos em suas derivações e curvas, observando a maior semelhança possível com a estética dos materiais e equipamentos já instalados.

8.4. Fornecimento de materiais, peças e equipamentos de manutenção se dará da seguinte maneira:

8.4.1. A contratada fornecerá os equipamentos, ferramentas, aparelhos de medições e testes, bem como seu transporte e tudo o mais que for necessário para disponibilizá-los, a fim de assegurar a prestação dos serviços de manutenção ora licitados, devendo, obrigatoriamente, a licitante considerar esse fornecimento no momento de efetuar o lance..

8.4.2. A estocagem de equipamento e material da contratada nas dependências da Contratante será permitida somente pelo tempo que durar o serviço executado. Tão logo este seja concluído, a contratada deverá providenciar, às suas expensas, a retirada dos remanescentes.

8.4.3. Os equipamentos que a contratada levar para a UFMS, ou as instalações por ela executadas e destinadas ao desenvolvimento de seus trabalhos, só poderão ser retirados com autorização formal da Fiscalização.

8.4.4. As vias de acesso internas e externas não poderão ser bloqueadas por equipamentos, materiais, instalações ou assemelhados da contratada de forma a não prejudicar o desenvolvimento dos serviços de outros contratados que acaso poderão estar trabalhando concomitantemente.

8.4.5. Todo o transporte vertical e horizontal de equipamentos e materiais ficará a cargo da contratada.

8.4.6. Representa ônus da contratada a disponibilização, livre de qualquer pagamento adicional, de todo material de consumo e limpeza destinado a viabilizar os trabalhos dos profissionais envolvidos na execução do objeto contratual, bem como imprescindíveis à execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, tais como álcool, água destilada, óleos lubrificantes, detergentes, sabões, vaselina, estopas, panos, espoja de aço, utensílios e produtos químicos de limpeza, graxas e desengraxantes, desengrassantes, produtos anti-ferrugem, desengripante, solventes, materiais de escritório, fitas isolantes, fitas teflon veda rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, epóxi, colas, buchas de nylon, lixas, escovas de aço e nylon, massa de vedação, material de soldagem, brocas, oxigênio, nitrogênio, acetileno e outros similares. Desse modo, a licitante deverá considerar esses custos em sua proposta de preços no momento do lance.

8.4.7. Nas manutenções corretivas, preventivas ou instalações, quando da necessidade de substituição de peças ou componentes, independentemente de sua complexidade tecnológica (desde fusíveis, relés de proteção, motores ventiladores, capacitores, parafusos, rolamentos, terminais elétricos, cabos elétricos, disjuntores, fluidos e gás refrigerantes, filtros e circuitos de controle de temperatura, pilhas, etc., até compressores, placas eletrônicas, retificadores de corrente, inversores de frequência e demais peças não citadas), a contratada providenciará o item demandado da seguinte forma:

8.4.7.1. Sob os prazos expressos no item 8.6, apresentará três orçamentos, detalhados, para cada peça, a ser encaminhado para análise e deliberação da Fiscalização, sendo vedada a apresentação de orçamentos de empresas cujos proprietários figurem no quadro societária da contratada.

8.4.7.2. Em caso de aprovação do orçamento prévio, a contratada deverá ser paga no valor do menor orçamento de cada peça, por meio dos itens de materiais.

8.4.8. Para fornecimento dos materiais de reposição a contratada deverá realizar um diagnóstico do equipamento atendido e então solicitar autorização aos Fiscais Técnicos ou Co-Gestores das unidades para realização do serviço.

- 8.4.8.1. A solicitação de autorização para fornecimento de peças deve conter o nome e descrição da peça, a quantidade a ser fornecida, o motivo da substituição, preço unitário, preço total e a identificação e assinatura do profissional responsável pelo diagnóstico.
- 8.4.9. Todas as peças de reposição a serem empregados nos serviços deverão ser novas, do mesmo fabricante dos originais, e compatíveis com as especificações técnicas, sujeitos ao exame e à aprovação da fiscalização.
- 8.4.10. Se julgar necessário, a fiscalização poderá solicitar à contratada a apresentação de informações, por escrito, do local de origem das peças de reposição ou de certificado de ensaios que comprovem a qualidade destes. Os ensaios e as verificações que se fizerem necessários serão providenciados pela contratada, representando ônus de sua exclusiva responsabilidade, não sendo, por consequência, objeto de pagamento adicional por parte da Contratante.
- 8.4.11. As peças, componentes e materiais substituídos são de propriedade da Contratante, devendo, por ocasião do término dos respectivos trabalhos, serem entregues pela contratada à fiscalização.
- 8.4.12. Para efeitos de fiscalização, nas ocasiões das Manutenções Corretivas a contratada deverá possibilitar acesso às informações técnicas dos componentes e/ou peças instaladas internamente em cada aparelho. Da mesma maneira a contratada está obrigada a descrever em cada Ordem de Serviço (O.S.) as peças e componentes substituídos, e os números de série da Placa Eletrônica principal e do Compressor do Equipamento independente da troca.
- 8.5. Os serviços de manutenção preventiva seguirão as rotinas e prazos dispostos no PMOC apresentado pela contratada e aprovado pela contratante.
- 8.6. As manutenções corretivas, instalações e desinstalações serão solicitados pela contratante à contratada por meio de Ordem de Serviços - OS, e deverão obedecer os seguintes prazos máximos para atendimento:
- 8.6.1. Manutenções Corretivas eletivas: 5 dias úteis
- 8.6.2. Manutenções Corretivas emergenciais: 2 horas
- 8.6.3. Instalações e desinstalações: 7 dias úteis
- 8.7. Os serviços que tratam essa contratação estão submetidos ao horário de funcionamento oficial da UFMS.
- 8.7.1. Devido à complexidade de algumas unidades da UFMS com necessidade extrema de refrigeração ou climatização, como por exemplo um laboratório de manejo de organismos vivos ou uma central de servidores de Tecnologia da Informação, a contratada deverá disponibilizar um canal de comunicação para atendimentos emergenciais em dias e horários não úteis.
- 8.8. Depois de efetuado um atendimento, a contratada notificará à Contratante sobre a ocorrência de qualquer situação que tenha motivado a não solução do problema, informando um prazo para correção do mesmo.
- 8.9. Os serviços de manutenção serão executados no local onde os aparelhos encontram-se instalados, exceto nos casos em que, em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de deslocá-los até a oficina da contratada, quando será necessária a autorização da UFMS, sem que o deslocamento incorra em qualquer ônus adicional para a contratante.
- 8.10. Os serviços somente serão considerados executados mediante a aprovação, pelo fiscal técnico ou Co-gestor da Unidade, de todas as etapas, incluídas a retirada dos lixos produzidos, a reconstrução das partes danificadas na estrutura do prédio, se for este o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.
- 8.11. A execução dos serviços poderá ser acompanhada por funcionário designado pelo fiscal técnico ou Co-gestor da Unidade. A contratada só poderá executar a manutenção preventiva se o equipamento estiver em pleno funcionamento.
- 8.12. A contratada deverá fornecer à SEMOV/DISERV/PROADI o relatório gerencial com todas as manutenções (corretivas e preventivas) de todos os equipamentos sempre que solicitado.
- 8.13. O recebimento e a aceitação dos serviços dar-se-ão em até 10 (dez) dias úteis, contados da data da execução dos serviços pela contratada, após a realização de teste de conformidade, que será efetivado pela Fiscalização.
- 8.14. Independentemente da vigência do contrato, os serviços executados terão garantia mínima de noventa dias, contado do recebimento definitivo dos serviços.
- 8.15. Durante o prazo de garantia, a contratada ficará obrigada a reparar qualquer defeito relacionado à má execução dos serviços sempre que houver solicitação e sem ônus para a Contratante.
- 8.16. O recebimento não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia.
- 8.17. A atuação da fiscalização pela contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes.
- 8.18. O prazo para início da execução do objeto a partir da assinatura do contrato, do aceite será de cinco 10 dias úteis.
- 8.19. Lotes e Locais de execução
- 8.19.1. Lote 01

Reitoria, Pró-reitorias, Estádio Pedro Pedrossian e Agência de Tecnologia de Informação (AGETIC), Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (FACFAN), Faculdade de Educação (FAED), Faculdade de Artes e Letras Comunicação (FAALC), Instituto Integrado de Saúde (INISA), Faculdade de Ciências Humanas (FACH), Instituto de Biociências (INBIO), Faculdade de Computação (FACOM), Faculdade de Direito (FADIR), Faculdade de Medicina (FAMED), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FAMEZ), Faculdade de Odontologia (FAODO), Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (FAENG), Instituto de Física (INFI), Instituto de Química (INQUI), Instituto de Matemática (INMA), Museu de Arqueologia da UFMS (MuArq), e demais unidades da Universidade.

Locais:

Cidade Universitária – Campo Grande: Av. Costa e Silva, s/nº - CEP: 79070-900

Museu de Arqueologia da UFMS - MuArq: Av. Fernando Correa da Costa, 559 - 1º andar

Fazenda Escola: BR-262, Km 23, Zona Rural, Terenos / MS

Área total construída: 207.264,65 m².

Telefones: (67) 3345-7158 / 67 3321-5751 (MuArq) / 67 3246-7216 (Fazenda Escola)

8.19.2. Lote 02

Base de Estudos de Bonito

Local: Rodovia Bonito / Três Morros, KM 0, Zona Rural CEP 79290-000.

Área total construída: 1.768,89 m².

Telefones: (67) 3255-5411.

Campus de Aquidauana - CPAQ

Locais:

Unidade 1: Rua: Imaculada Conceição 163 - CEP 79200-000 / Cx. Postal nº 135.

Unidade 2: Rua Oscar Trindade de Barros, 740 – Bairro Serraria – CEP 79200-000.

Unidade 3: Rua Pandiá Calógeras, 387 – Centro.

Área total construída: 10.019,13 m².

Telefones: (67) 3241-0450.

8.19.3. Lote 03

Campus de Chapadão do Sul - CPCS

Local: Acesso à Fazenda Campo Bom - Rod MS 306 Km 105, CEP:79560-000 - Cx Postal 112 - Zona Rural.

Área total construída: 3.155,12 m².

Telefones: (67) 3562-6303.

Campus de Coxim - CPCX

Locais:

Unidade 1: Av. Marcio Lima Nantes s/n, Vila da Barra - Estrada do Pantanal, CEP: 79400-000.

Unidade 2: Centro de Documentação Histórico e Memorial Henrique Spengler – Rua Jandira Cardeal Figueiredo, 80, CEP: 79400-000.

Área total construída: 2.906,68m².

Telefones: (67) 3291-2218.

8.19.4. Lote 04

Base de Estudos de Pantanal

Local: Unidade 1: Rodovia MS-184 - Km 12

Área total construída: 1.372,05 m².

Campus do Pantanal (Corumbá) - CPAN

Locais:

Unidade 1: Av. Rio Branco, nº 1270, CX Postal 252 – CEP: 79304-020.

Unidade 2: Anfiteatro Salomão Baruki - Rua Poconé, 285 - Bairro Universitário

Unidade 3: Alfândega Nova – Rua Domino Sahib, 20, Centro

Unidade 4: Base de Estudos do Pantanal - Rodovia MS-184 - Km 12

Área total construída: 17.372,61 m².

Telefones: (67) 3234-6814.

8.19.5. Lote 05

Campus de Naviraí - CPNV

Local: Rodovia MS 141, Km 04, Saída para Ivinhema - Cx Postal 103 - CEP 79950.000.

Área total construída: 3.078,37 m².

Telefones: (67) 3409-1405.

Campus de Nova Andradina - CPNA

Local: Rod MS 134, KM 3, Zona Rural. CEP 79750-000, Caixa Postal 128.

Área total construída: 2.977,00 m².

Telefones: (67) 3449-0527.

Campus de Ponta Porã - CPPP

Local: Rua Itibiré Vieira, s/n – Residencial Julia Oliveira Cardinal - BR 463 – Km 4,5 - CEP 79907-414.

Área total construída: 2.978,98 m².

Telefones: (67) 3437-1700.

8.19.6. Lote 06

Campus de Paranaíba - CPAR

Local: Av. Pedro Pedrossian, 725 – Bairro Universitário.

Área total construída: 3.709,19 m².

Telefones: (67) 3669-0135.

Campus de Três Lagoas - CPTL

Locais:

Unidade 1: Av. Capitão Olinto Mancini 1662 / CEP 79603-011 / Caixa Postal nº 210.

Unidade 2: Av. Ranulpho Marques Leal, 3484 / CEP 79620-080 / Caixa Postal nº 210.

Área total construída: 20.007,57 m².

Telefones: (67) 3509-3740.

8.20. Será adotado o modelo de Ordem de Serviços Constante no Anexo IV (DOC SEI NR [2768875](#)).

8.21. A execução dos serviços será iniciada após dez dias úteis a contar da data de assinatura do contrato, devendo no ato do início das atividades entregar o PMOC para manutenções preventivas dos ares condicionados.

9. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

9.1. Os atores que participarão da gestão do contrato serão Gestores, Co-gestores e Fiscais designados pela contratante;

9.2. A comunicação entre a contratante e a contratada deverá ocorrer prioritariamente por e-mails, mas também poderá ocorrer por meio de aplicativos de mensagem instantânea, ligações telefônicas ou sistema próprio adotado pela UFMS.

9.2.1. 5.1.1. Após a assinatura do contrato, todas as correspondências eletrônicas relacionadas à contratação deverão ser endereçadas à Secretaria de Manutenção de Bens Móveis - SEMOV/DISERV/PROADI ou a outra unidade indicada pela contratante.

9.2.2. As informações de contato da SEMOV/DISERV/PROADI para essa contratação são:

9.2.2.1. E-mail - [semov.proadi@ufms.br](mailto:semov.proadi@ufms.br)

9.2.2.2. Telefone - (67) 3345-7143

9.2.3. Em caso de adoção de sistema próprio para gerenciamento dos serviços objeto dessa contratação, caberá à contratante disponibilizar acesso e treinamento aos funcionários da contratada em até 60 dias após a assinatura do contrato. Ficando a contratada obrigada a disponibilizar seus funcionários para esse treinamento sempre que solicitado pela contratante.

9.2.4. A contratada deve disponibilizar endereço de e-mail e telefone no ato da assinatura do contrato para fins de comunicação sobre demandas contratuais.

9.2.5. Todas as correspondências eletrônicas encaminhadas à contratada com prazo para resposta ou atendimento, iniciarão a contagem do prazo no dia útil seguinte ao envio da correspondência eletrônica.

9.2.6. Deverá a contratada conferir constantemente as correspondências eletrônicas referentes a presente contratação.

9.3. As medições serão mensais e a contratada deverá fornecer duas Notas Fiscais: uma para pagamentos dos serviços prestados e outra para pagamento dos materiais de reposição fornecidos.

9.4. A entrega das Notas Fiscais de serviços e de fornecimento de materiais de reposição deverá ser acompanhadas de um Relatório Técnico de Manutenções escrito. Esse relatório deverá discorrer sobre os serviços prestados e materiais de reposição fornecidos, contendo no mínimo as seguintes informações:

9.4.1. Identificação e localização do equipamento conforme itens do contrato;

9.4.2. Data e hora da execução dos serviços;

9.4.3. Descrição das manutenções preventivas e corretivas realizadas;

9.4.4. Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços e possíveis sugestões de melhorias na execução dos serviços.

9.4.5. Identificação e assinatura do profissional técnico da contratante responsável pela execução dos serviços; e

9.4.6. Identificação e assinatura do representante da contratada que acompanhou a execução dos serviços.

9.4.7. O Relatório Técnico de Manutenções deve ser emitido mensalmente abrangendo todos os serviços realizados e aceitos pela fiscalização.

9.5. A contratada deverá encaminhar as Notas Fiscais e o respectivo Relatório Técnico de Manutenções separadamente a cada Campus atendido, sendo a SEMOV/DISERV/PROADI o setor responsável pelo recebimento das notas fiscais relativas à cidade de Campo Grande e os Co-gestores das unidades do interior os responsáveis pelo recebimento no seu respectivo Campus.

9.6. É vedado o pagamento da Nota Fiscal sem a apresentação do Relatório Técnico de Manutenções.

9.7. Só serão pagos os serviços prestados em equipamentos que estiverem em pleno funcionamento.

9.8. O procedimento de verificação do cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução será realizado a cada pagamento.

**10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

10.1. A demanda do órgão tem como base os **Estudos Preliminares** (DOC SEI NR [2768878](#)), onde encontram-se as informações de maior relevância para a contratação.

**11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993. SE FOR O CASO.

11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

**12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.



- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 12.24. *Quando couber, comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.*
- 12.25. *Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.*
- 12.26. *Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.*
- 12.27. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.*
13. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
15. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
- 15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo III (DOC SEI NR [2768876](#)), devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### 16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III (DOC SEI NR [2768876](#)), devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios constantes na Descrição da Ocorrência do quadro que compõe o IMR Anexo III (DOC SEI NR [2768876](#)).*

16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 16.3.1. não produziu os resultados acordados;
- 16.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

#### 17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Fiscal técnico ou Co-gestor do contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.6. O Fiscal Técnico ou Co-Gestor com base nos relatórios e documentação apresentados, autorizará a emissão das Notas Fiscais dos serviços com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

17.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (TRINTA) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.,

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. o período de prestação dos serviços;

18.5.5. o valor a pagar; e

18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

- 18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 18.16. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 18.16.1. não produziu os resultados acordados;
- 18.16.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 18.16.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 18.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:
- EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

<b>I = (TX)</b>	<b>I = (6/100)/365</b>	<b>I = 0,00016438</b>
		<b>TX = Percentual da taxa anual = 6%</b>

#### 19. REAJUSTE

- 19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):
- $R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:
- R = Valor do reajuste procurado;
- V = Valor contratual a ser reajustado;
- $I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;
- I = Índice relativo ao mês do reajustamento;
- 19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.6. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.
- 19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### 20. GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 20.1. ***O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.***
- 20.2. *No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.*
- 20.2.1. *A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).*
- 20.2.2. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.*
- 20.3. *A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.*
- 20.4. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:*

- 20.4.1. *prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;*
- 20.4.2. *prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;*
- 20.4.3. *multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e*
- 20.4.4. *obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.*
- 20.5. *A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.*
- 20.6. *A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária. Preferencialmente na Agência 0857 - Caixa Econômica Federal.*
- 20.7. *Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.*
- 20.8. *No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.*
- 20.9. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.*
- 20.10. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 dias úteis, contados da data em que for notificada.*
- 20.11. *A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*
- 20.12. *Será considerada extinta a garantia:*
- 20.12.1. *com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;*
- 20.12.2. *no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.*
- 20.13. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.*
- 20.14. *A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.*
21. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e da Resolução 143 CD, de 28 de agosto de 2019 da UFMS a Contratada que, na fase de execução contratual:
- 21.2. **Não celebrar o contrato:**
- 21.2.1. recusar ou deixar de enviar documento necessário para comprovar a capacidade de assinatura do contrato/ata de registro de preços;
- 21.2.2. recusar ou deixar de assinar contrato/ata de registro de preços dentro do prazo de convocação;
- 21.2.3. recusar ou deixar de confirmar o recebimento da Nota de Empenho referente ao contrato/ata de registro de preços
- 21.3. **Sanções aplicáveis para as condutas 21.2.1, 21.2.2, 21.2.3:**
- 21.3.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 04 meses;
- 21.3.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 21.3.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%
- 21.4. **Apresentar documentação falsa:**
- 21.4.1. omitir informações em documentos exigidos no certame;
- 21.4.2. adulterar documento, público ou particular;
- 21.4.3. encaminhar contrato/ata de registro de preços adulterada
- 21.5. **Sanções aplicáveis para as condutas 21.4.1., 21.4.2., 21.4.3.:**
- 21.5.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 3 (três) anos;
- 21.5.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 3 (três) anos;
- 21.5.3. Multa de 20% do valor total do contrato/ata de registro de preços;
- 21.6. **Ensejar o retardamento da execução do objeto contratual:**
- 21.6.1. praticar qualquer ação ou omissão que prejudique o bom andamento da execução do contrato.
- 21.6.2. deixar de prestar garantia quando exigido.
- 21.7. **Sanções aplicáveis para a conduta 21.6.1:**
- 21.7.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 1 (um) ano.
- 21.7.2. Multa de 15% do valor total do contrato/ata de registro de preços

**21.8. Sanções aplicáveis para a conduta 21.6.2:**

- 21.8.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 01 ano;
- 21.8.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 01 (ano) ano;
- 21.8.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%

**21.9. Falhar na execução do contrato**

- 21.9.1. entregar materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na ata de registro de preços;
- 21.9.2. deixar de substituir materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na Ata de Registro de Preços, no prazo estipulado pela Administração;
- 21.9.3. atrasar a entrega de quaisquer dos itens solicitados por prazo superior a 30 (trinta) dias;
- 21.9.4. recusar-se ou deixar de fornecer quaisquer dos itens contratados/registrados;
- 21.9.5. deixar de entregar documentação fundamental para execução contratual.

**21.10. Sanções aplicáveis para as condutas 21.9.1, 21.9.2, 21.9.3, 21.9.4, 21.9.5:**

- 21.10.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 06 meses;
- 21.10.2. Multa de 1% do valor total do material, por dia de descumprimento, no limite máximo de 10%; e/ou Multa de 10% do valor total do material contratado;
- 21.10.3. Descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 05 anos;

**21.11. Fraudar na execução do contrato**

- 21.11.1. elevar arbitrariamente os preços;
- 21.11.2. fornecer, como verdadeiro ou perfeito, material falsificado ou deteriorado;
- 21.11.3. entregar um material por outro;
- 21.11.4. alterar substância, qualidade ou quantidade do material fornecido;
- 21.11.5. tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato;

**21.12. Sanções aplicáveis para as condutas 21.11.1, 21.11.2, 21.11.3, 21.11.4, 21.11.5:**

- 21.12.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 21.12.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido

**21.13. Comportar-se de modo inidôneo**

- 21.13.1. realizar atos comprovadamente de má-fé ou com dolo;
- 21.13.2. participar de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente;
- 21.13.3. não realizar o recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias;
- 21.13.4. não realizar o pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação;

**21.14. Sanções aplicáveis para as condutas 21.13.1, 21.13.2, 21.13.3, 21.13.4:**

- 21.14.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 3 anos;
- 21.14.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido; e/ou Multa de 1% do valor total da obrigação, por dia de descumprimento, no limite máximo de 20%

**21.15. Cometer fraude fiscal**

- 21.15.1. fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal;
- 21.15.2. omitir informações em suas notas fiscais;
- 21.15.3. falsificar ou alterar notas fiscais

**21.16. Sanções aplicáveis para as condutas 21.15.1, 21.15.2, 21.15.3:**

- 21.16.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 5 anos;
- 21.16.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido.

21.16.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.17. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 10520/2002, subsidiariamente a Lei 8.666, de 1993, e Lei nº 9.784, de 1999.

- 21.18. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.19. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.20. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.21. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.22. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.23. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.24. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.25. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.26. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% AO DIA SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO
2	0,4% AO DIA SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO
3	0,8% AO DIA SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO
4	1,6% AO DIA SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO
5	3,2% AO DIA SOBRE O VALOR MENSAL DO CONTRATO

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	PERMITIR SITUAÇÃO QUE CRIE A POSSIBILIDADE DE CAUSAR DANO FÍSICO, LESÃO CORPORAL OU CONSEQUÊNCIAS LETAIS, POR OCORRÊNCIA;	05
2	SUSPENDER OU INTERROMPER, SALVO MOTIVO DE FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO, OS SERVIÇOS CONTRATUAIS POR DIA E POR UNIDADE DE ATENDIMENTO;	04
3	MANTER FUNCIONÁRIO SEM QUALIFICAÇÃO PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS CONTRATADOS, POR EMPREGADO E POR DIA;	03
4	RECUSAR-SE A EXECUTAR SERVIÇO DETERMINADO PELA FISCALIZAÇÃO, POR SERVIÇO E POR DIA;	02
5	RETIRAR FUNCIONÁRIOS OU ENCARGADOS DO SERVIÇO DURANTE O EXPEDIENTE, SEM A ANUÊNCIA PRÉVIA DO CONTRATANTE, POR EMPREGADO E POR DIA;	03
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:		

INFRAÇÃO		
6	REGISTRAR E CONTROLAR, DIARIAMENTE, A ASSIDUIDADE E A PONTUALIDADE DE SEU PESSOAL, POR FUNCIONÁRIO E POR DIA;	01
7	CUMPRIR DETERMINAÇÃO FORMAL OU INSTRUÇÃO COMPLEMENTAR DO ÓRGÃO FISCALIZADOR, POR OCORRÊNCIA;	02
8	SUBSTITUIR EMPREGADO QUE SE CONDUZA DE MODO INCONVENIENTE OU NÃO ATENDA ÀS NECESSIDADES DO SERVIÇO, POR FUNCIONÁRIO E POR DIA;	01
9	CUMPRIR QUAISQUER DOS ITENS DO EDITAL E SEUS ANEXOS NÃO PREVISTOS NESTA TABELA DE MULTAS, APÓS REINCIDÊNCIA FORMALMENTE NOTIFICADA PELO ÓRGÃO FISCALIZADOR, POR ITEM E POR OCORRÊNCIA;	03
10	INDICAR E MANTER DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO OS PREPOSTOS PREVISTOS NO EDITAL/CONTRATO;	01
11	PROVIDENCIAR TREINAMENTO PARA SEUS FUNCIONÁRIOS CONFORME PREVISTO NA RELAÇÃO DE OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	01

21.27. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 21.27.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.27.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.27.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.28. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.29. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.29.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (QUINZE) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.30. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.31. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.32. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.33. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.34. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.35. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. O critério de julgamento da licitação deverá ser pelo MENOR PREÇO sobre o Valor Total dos itens n. 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21 e 23 que constam na tabela do item n. 1.1 do Termo de Referência.

22.3.1. O valor total que trata esse item é composto pelo somatório da hora técnica de mão de obra com os Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, referente à tabela do SINAPI DESONERADO de julho de 2021 da unidade da federação de Mato Grosso do Sul, multiplicados pela quantidade de horas técnicas.

22.4. A composição do BDI será adequada com base no **Acórdão n. 2622/2013 - TCU**, que orienta a adoção de percentuais referenciais, tendo em vista as peculiaridades da execução dos serviços nas unidades descentralizadas.

22.4.1. Cálculo do BDI:



$$PV = CD(1 + BDI)$$

Em que:

PV = Preço de Venda;

CD = Custo Direto;

BDI = Benefício e Despesas Indiretas (lucro e despesas indiretas); e

$$BDI = \frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC = taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central;

S = taxa representativa de Seguros;

R = taxa representativa de Riscos;

G = taxa representativa de Garantias;

DF = taxa representativa das Despesas Financeiras;

L = taxa representativa do Lucro;

I = taxa representativa da incidência de Impostos.

Nota:

A taxa representativa da incidência de impostos constante do denominador da fração da fórmula de cálculo do BDI é aplicada sobre o preço de venda da prestação do serviço, enquanto que as demais taxas que figuram no numerador são aplicadas sobre o custo. Para composição do BDI a empresa deve considerar o valor do ISS compatível com a localidade, que podem variar de 2% à 5%. E como se refere a tabela desonerada deve-se atentar também inserir na composição BDI o imposto CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta).

22.4.2. O BDI referência foi calculado levando em consideração os valores médios do acórdão ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário:

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%
SEGURO + GARANTIA	0,80%
RISCO	1,27%
DESPESA FINANCEIRA	1,23%
LUCRO	7,40%
ISS	2,00%
COFINS	3,00%
PIS	0,65%
CPRB	4,50%
BDI referencial	28,35%

22.5. O orçamento da proposta foi confeccionado com base no Relatório Técnico ([2754702](#)), que deu embasamento à definição dos serviços, acrescidos pelo BDI, conforme a tabela no item 1.1.

22.6. O licitante deverá observar que o Valor de Referência de **R\$ 47,31** (quarenta e sete reais e trinta e um centavos) já inclui o BDI de 28,35%.

22.6.1. Os valores de BDI são fixos, não podendo ser alterados.

22.7. Os itens de material, referentes a peças ou insumos não serão disponibilizados a lance.

22.8. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.8.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

22.8.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

a) Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 01 ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de o período de 01 ano ser ininterrupto, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

22.8.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

22.8.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

- 22.8.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 22.8.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 22.8.2. Apresentar atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante administra ou administrou serviços de manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado.
- 22.8.3. Guardada proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado, apresentar cópia(s) de contrato(s), atestado(s) ou declaração (ões) que comprovem experiência mínima de 1 (um) ano, ininterrupto ou não, até a data da sessão pública de abertura deste Pregão Eletrônico, na prestação dos serviços.
- 22.8.3.1. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez.
- 22.8.3.2. Para comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos outros documentos idôneos, mediante diligência do pregoeiro.
- 22.8.4. O(s) atestado(s) ou declaração (ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.
- 22.8.5. Em se tratando de empresa sediada fora do Estado, deverá a contratada manter em Campo Grande escritório próprio com todos os meios necessários à prestação dos serviços, **constituído em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato**, garantindo o interesse da empresa no mercado local, a permanência e a manutenção da mão de obra local – o que é indispensável para um suporte técnico adequado em situações emergenciais – bem como, a agilidade na substituição e/ou acréscimo de profissionais nas equipes de atendimento, sendo somente aplicável para o lote n. 1 que atenderá as unidades de Campo Grande.
- 22.8.6. Possuir qualificação econômico-financeira compatível com os valores estimados, a fim de não ocorrer alegação de incapacidade econômica para execução do contrato.
- 22.8.7. Os serviços de manutenção preventiva nos aparelhos de ar-condicionado deverão observar as exigências da Lei 13.589/2018, bem como o preenchimento do PMOC, de forma a atender as periodicidades mínimas e a definição de atividades previstas, respectivamente, na DC/ANVISA nº 9, de 16 de janeiro de 2003 e na NBR 13971/2014 da ABNT, de acordo com as necessidades dos equipamentos. Também deverão observar o disposto na Portaria n. 3.523 GM/MS/98, em especial as disposições dos artigos 5º e 6º e devendo manter um responsável técnico habilitado com as seguintes atribuições:
- 22.8.7.1. Observar o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC. Este Plano deve conter a identificação do estabelecimento que possui ambientes climatizados, a descrição das atividades a serem desenvolvidas, as recomendações a serem adotadas em situações de falha do equipamento e de emergência, para a garantia da segurança dos equipamentos condicionadores e outras de interesse, conforme modelo descrito no Anexo I da Portaria nº 3.523 GM/MS/98 e especificações da NBR 13971/97 da ABNT, devendo ser entregue até 15 dias após a assinatura do contrato;
- 22.8.7.2. Garantir a aplicação do PMOC por intermédio da execução contínua deste serviço;
- 22.8.7.3. Manter disponível o registro dos procedimentos estabelecidos no PMOC; e
- 22.8.7.4. Divulgar os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle em relatórios mensais. Estes relatórios deverão ser encaminhados mensalmente à fiscalização junto com a nota fiscal dos serviços, ficando condicionado o pagamento dos serviços à apresentação do relatório dos serviços e da Nota Fiscal referente.
- 22.9. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 22.9.1. Valores unitários conforme item 1.1 desse Termo de Referência.
- 22.10. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
23. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**
- 23.1. O valor de referência para a contratação será de **R\$ 2.034.850,56 (dois milhões, trinta e quatro mil oitocentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos)**.
24. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 24.1. **Serão informados posteriormente pela Proplan.**
25. **INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
- 25.1. A execução dos serviços será iniciada em até 10 dias úteis a partir da assinatura do contrato.
26. **ANEXOS**
- 26.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 26.1.1. ANEXO I - Estudo Preliminar (DOC SEI NR [2768878](#));
- 26.1.2. ANEXO II - Relatório Técnico Específico (DOC SEI NR [2754702](#));
- 26.1.3. ANEXO III - Instrumento de Medição de Resultado (IMR) (DOC SEI NR [2768876](#));
- 26.1.4. ANEXO IV - Modelo de Ordem de Serviços (DOC SEI NR [2768875](#)); e
- 26.1.5. ANEXO V - Modelo de Declaração de Vistoria (DOC SEI NR [2772031](#)).

Campo Grande, 20 de outubro de 2021.

Nilton Conde Torres,

matrícula Siape nº 15065124

Diretor

DISERV/PROADI



Documento assinado eletronicamente por **Nilton Conde Torres, Diretor(a)**, em 20/10/2021, às 09:09, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufms.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2859187** e o código CRC **78C68A25**.